

SERRANO, Carlos M. H. *Os senhores da terra e os homens do mar: antropologia política de um reino africano*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1984. 175 p.

Não será habitual, na resenha de um texto científico, por em evidência as determinantes pessoais do autor. Mas como estou cada vez mais convencido de que o trabalho científico não deve esconder, nem desprezar os elementos que ligam diretamente o cientista ao seu objetivo, devo salientar estes elementos. Carlos Serrano nasceu no território de Cabinda que é agora objeto do seu trabalho científico, e o seu mundo organizou-se: do verde da floresta, do azul do mar, dos sons e das presenças vegetais e animais, portadoras já de história. Hoje enlaçam-se de maneira harmoniosa as duas histórias: a do investigador e a do seu território. Se a primeira não aparece no primeiro plano, nem por isso deixa ela de constituir um elemento fundador, que permite o interesse e a paixão pelo território, pelos homens, pelas suas estruturas civilizacionais.

Com efeito, o título de Carlos Serrano põe em evidência uma das dicotomias estruturantes do processo do reino de Ngoyo: os senhores da terra dominam e controlam os homens do mar. Repara-se na atenção prestada às indicações hierárquicas: há os senhores e há os homens, ambos perfeitamente integrados na esfera do funcionamento da sociedade, mas em situações complementares e antagônicas. A hierarquia do poder passa já pelas palavras, pelos títulos, como Carlos Serrano mostra de maneira exuberante, por uma enorme quantidade de insígnias, destinadas a tornar visível o poder. As palavras associam-se assim diretamente aos símbolos e aos signos, para dar a ver a totalidade do poder. Repare-se que este vive plenamente na sua afirmação oral ou plástica, que não dispensa a estética. Se o chefe do poder se identifica ao leopardo, metaforicamente, é necessário vestir a pele deste animal para assegurar o mimetismo total entre o animal nobre e o senhor do poder. Se o leopardo é um animal da terra, só pode haver poder na terra e não no mar.

Retomemos estes elementos, utilizando para isso uma outra maneira de os descrever. O tema essencial do texto de Serrano reside na análise do poder político: admitindo-se que não há sociedade sem poder político, como poderá ser descrito o sistema que permitiu a organização eficaz do reino de Ngoyo? Em segundo lugar, Serrano procura resolver um enigma histórico: Ngoyo era ou não uma dependência do antiquíssimo reino do Congo, tão largamente mitificado por portugueses e europeus? Enfim: quais as consequências das relações estabelecidas entre os europeus, os portugueses, e os africanos? Como se sabe, a expedição de Bartolomeu Dias alcançou, em viagem para o sul da África, a embocadura do Zaire ou Congo em 1492. Esse primeiro contato havia de reforçar-se já em 1493, dando início às relações contínuas entre os Portugueses e os Congoloses, que duraram até a independência angolana em 11 de novembro de 1975.

Constata-se a grande ambição do texto, a que devemos ainda acrescentar mais um elemento, que interessa diretamente aos brasileiros: dado que esta costa forneceu milhares e milhares de escravos, provavelmente milhões, ao tráfico ne-

greiro, em que medida influenciaram eles a sociedade brasileira? Ainda não foi feita a história das relações entre o Brasil e a África, e esta tarefa está para sempre dificultada pela decisão de destruir os arquivos referentes à escravidão e ao tráfico negreiro, que data já de 1888. Mas este fato não impede que se reconheça a necessidade de definir as origens culturais de tantos e tantos milhões de brasileiros, não para definir as histórias pessoais — mesmo se estas são apaixonantes, como já mostrou Dioscoredes Santos na Bahia — mas para dispor das melhores informações e das melhores análises para definir a maneira como a consciência nacional brasileira integrou as contribuições africanas desta região no seu próprio percurso pessoal. Serrano salienta alguns passos importantes da história brasileira, marcados pela presença direta dos naturais do Ngoyo.

Começemos pelo princípio: o reino de Ngoyo dependia do poder político do reino do Congo? Penso que a demonstração de Serrano elimina as hesitações: o rei do Congo nunca dispôs da força necessária para controlar o reino, e, por esta via, estamos também em condições de interromper mais profundamente o mito do "grande reino do Congo". Se é verdade que esta organização política recebeu um forte apoio teórico através do estudo já clássico de W. G. L. Randles, é também certo que chegou o momento de rever esta construção mítico-histórica e regressar a uma leitura menos absolutista. É possível que o rei do Congo tenha exercido um controle, sempre frágil, sobre as organizações políticas limítrofes. Mas a própria distância a que se encontra o reino de Ngoyo da capital do reino do Congo, permite já entrever a impossibilidade de assegurar um controle estrito.

Esta primeira demonstração está ligada à análise da estrutura do poder, onde encontramos, como de resto em toda esta região que pertence ao grupo dos povos que falam línguas de origem banta, uma hierarquia que, não sendo embora rígida, impõe uma separação nítida entre nobres, gente do comum e escravos. Trata-se, como se vê, de organizações onde o político é afirmado de maneira clara, tanto na hierarquia das pessoas como dos cargos. Nada é deixado no impreciso, e podemos por isso acompanhar a demonstração dos graus e das responsabilidades de cada cargo. Sendo que, no caso de Ngoyo, o poder está continuamente ligado tanto à religião como à economia. As funções políticas não podem ser entendidas sem uma referência ao seu conteúdo religioso, sendo o sagrado um dos dados fundamentais que permitem esclarecer as condições de exercício de todo e qualquer cargo político.

Nesse caso, por que esta diferença entre os senhores da terra e os homens do mar? Estamos aqui nitidamente perante uma das conseqüências das relações entre os africanos e os europeus. Será talvez uma das raras falhas do texto de Serrano que, demasiado interessado pela definição das estruturas, nem sempre considerou a importância capital de certas datas, na medida em que estas permitem melhor compreender a evolução dessas mesmas estruturas. Nesta circunstância, podia medir-se, mais inteiramente, a capacidade de resposta dialética das sociedades africanas aos desafios, quando não às agressões européias. De fato, logo que os africanos, os congolezes, se dão conta da violenta distorção imposta às sociedades africanas pela instalação dos europeus nas zonas costeiras, procuram elaborar uma resposta permitindo responder aos dois quesitos essenciais: assegu-

rar a continuidade equilibrada do poder tradicional; sem todavia recusar a realidade e a importância da presença europeia na costa.

É desta maneira que aparece a dualidade política que ameaçara constantemente o equilíbrio interno do reino. Na verdade os africanos não conheciam, e talvez nunca tenham conhecido até ao século vinte, o valor real de suas sociedades, seja em termos económicos, seja em termos religiosos ou técnicos. Quer dizer que as estruturas africanas só puderam assegurar a sua continuidade graças a uma grande atenção, mas sobretudo em consequência da enorme flexibilidade destas organizações. Habitualmente não se analisam estas relações intercontinentais em função do conhecimento tanto de um lado como do outro. Para Serrano este elemento é importante, talvez, possamos até dizer fundamental, na medida em que as sociedades africanas perdem assim uma parte da sua autonomia. A instabilidade criada só pode ser esterilizada, ou pelo menos reduzida, graças à flexibilidade do poder. O "conservatismo ativo" de Serrano se permite respostas possibilitando a sobrevivência, nem por isso deixa de ser limitado no que diz respeito à inovação, tornada indispensável pelo peso exercido pelos europeus.

O que nos associa ao comércio, tanto local como sobretudo a longa distância. Serrano mostra de maneira clara que as mercadorias pedidas ou impostas pelos europeus modificaram para todo o sempre a concepção do mundo. Quando um africano, um habitante do Ngoyo substitui a sua velha panela de barro por um objeto europeu seja em estanho seja em lata, está em via de alterar para sempre o quadro dos seus valores. Com a terra, em primeiro lugar, mas também com o oleiro, e também com o gosto da comida e a forma de a conservar ou de a cozinhar. Ora todos sabemos que se o poder existe no seu enunciado abstrato, o político não pode esquivar-se aos problemas carreados pela prática mais cozinhada. Quando os políticos procuram desprezar estes elementos práticos, correntes são estes que os vão procurar aos gabinetes ou aos parlamentos. O comércio dos escravos não estava previsto nos códigos morais, económicos, religiosos ou políticos: desgraçadamente os africanos não puderam esquivar-se a esta atividade. O poder político soube todavia adaptar-se a esta situação, não sem algumas hesitações, não sem perturbações que são normalíssimas. Diria mais: que eram, que continuam a ser indispensáveis.

A modéstia da edição não deve ocultar o seu interesse, e esta coleção, onde já apareceu o texto de Renato S. Queiroz, prova o dinamismo das ciências humanas na USP, parece prometida a um futuro excelente e legítimo. A apresentação gráfica de Olímpio Pinheiro é cuidada, se bem que, pela parte que me toca, preferisse um contraste cromático mais evidente. Mas trata-se de gosto e, como é geralmente sabido, gosto não se discute.

**Alfredo Margarido**

Universidade de Paris-I (Sorbonne)

(Transcrito, com autorização, da *Folha de S. Paulo* de 8 de julho de 1984, caderno 7, página 59)